

## CABOCLOS AO MAR: Indígenas na Armada Nacional e Imperial do Brasil<sup>1</sup>

Silvana Jeha<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este texto é sobre o recrutamento e a presença de indígenas na Armada Nacional e Imperial do Brasil entre as décadas de 1820 e 1850. Trata-se de uma adaptação de uma seção da minha tese de doutorado, onde sugiro que a participação de indígenas e seus descendentes na tripulação dos navios da Armada representava cerca de 20% dentre os marinheiros nacionais, e que eles eram alvo de um recrutamento específico para as Forças Armadas em geral, prática esta que estava inserida na política de civilização de indígenas oitocentista e escorada em diversas leis. Por outro lado, demonstro como eles reagiram e resistiram a mais este trabalho compulsório, por meio de rebeliões, fugas e requerimentos.

**Palavras-chave:** indígenas – marinheiros – recrutamento.

Encontrei, faz poucos dias, uma centena de recrutas recém-chegados de uma província do Norte. A maioria era de cor, um terço eram índios. Eles se alistam por quanto tempo? – perguntei. Eles absolutamente não se alistam, responderam-me. São agarrados e obrigados a servir. Os presidentes de Província têm ordens para enviar todos os indivíduos desordeiros, e tantos índios quanto puderem apanhar.<sup>3</sup>

Thomas Ewbank, Life in Brazil

Thomas Ewbank era um estrangeiro bem informado. A política de recrutamento para a Marinha das primeiras décadas do Império visava, *grosso modo*, atingir dois grupos: os chamados genericamente de “vadios”, epíteto de pobres,<sup>4</sup> e em menor grau, os indígenas. Para os primeiros continuava-se uma velha prática colonial: o trabalho forçado para aqueles que não tinham “ocupação conhecida”. A militarização de indígenas também ocorria em tempos coloniais, mas a política imperial foi mais objetiva, escorada em diversas leis. Na década de 1830, por exemplo, o presidente da província da Bahia escreveu num ofício a expressão “transporte de recrutas e índios” para a Corte. Vânia Lousada analisou muito bem este par, que por vezes se confundia: “o serviço militar como um tributo pago pelos pobres e a associação entre caboclisto e vadiagem”.<sup>5</sup>

O trabalho estava na agenda civilizatória de índios do Império e a Marinha foi uma das instituições escolhidas para tornar os indígenas trabalhadores, enfim, incorporá-los à sociedade nacional. O presidente do Ceará, em 1826, respondeu a um questionário do governo

a respeito da civilização de indígenas, no qual afirmava que o aproveitamento da mão-de-obra indígena diminuiria a necessidade de escravos africanos e forneceria “ao Exército e à Marinha soldados e marinheiros robustos”.<sup>6</sup>

Nas décadas de 1820 e 1830, várias decisões e portarias requeriam índios para os navios e arsenais da Armada. Exemplifico algumas: uma portaria de junho de 1824 expedida para Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Espírito Santo e Pará, determinava que “os índios enviados, logo que se reconheça a Independência deste Império serão (...) restituídos à sua província quando requeiram regressar”.<sup>7</sup> Em dezembro de 1825, foi aprovada a criação de uma companhia de índios para o serviço do Arsenal da Marinha do Maranhão e dos navios da Armada.<sup>8</sup> Em 1837, dois avisos determinavam o emprego de crianças indígenas: o primeiro requeria meninos de sete a dez anos como aprendizes no Arsenal da Marinha da Bahia, em troca de alimento e vestiário; o segundo, jovens de 13 a 20 anos aptos para o serviço da esquadra. Naquele mesmo ano, um outro aviso declarava que os índios eram “pacientes nos trabalhos, sóbrios e mui subordinados à disciplina”, ao contrário dos marinheiros recrutados na Europa que além de onerosos, eram insubordinados e propensos à deserção.<sup>9</sup> Mas eles não eram tão subordinados assim. Em 1827, um grupo de remadores indígenas vindos de aldeias de Alagoas, Bahia e Rio de Janeiro abandonaram o Arsenal da Corte por falta de pagamento e foram declarados desertores.<sup>10</sup>

Nas várias ações de recrutamento, muitos grupos indígenas se rebelaram. Em Alagoas, no ano de 1832, durante a primeira revolta popular denominada Cabanada, os índios do aldeamento de Jacuípe juntaram-se à rebelião, em resposta à ordem do presidente da província para recrutar todos os rapazes do grupo, entre 18 e 25 anos.<sup>11</sup> No turbulento ano de 1842, segundo o presidente da província do Ceará, os índios do Buriti se rebelaram contra o recrutamento. O motim foi sufocado e, ironicamente, o líder e alguns participantes foram recrutados para Armada. No ofício que os acompanhou na viagem à Corte, Antonio Marques da Costa foi descrito como “chefe da rebelião de Buriti, comandou os índios em São Pedro quando fizeram sete mortes, teve no fogo de Mumbaba e seduziu os índios de Tapera Acima”.<sup>12</sup>

Para além das leis e debates a presença indígena na Armada pode ser verificada nos próprios navios e ofícios dos presidentes da província que acompanham os recrutados. A tabela abaixo foi elaborada a partir da “cor” de quase 1000 marujos nacionais indicadas em

seus registros na Marinha<sup>13</sup> e uma amostra de cores ou etnicidade de quase 300 recrutas extraída de farta correspondência dos presidentes de província para o Ministro da Marinha. Acresce-se a ela, as cores dos réus criminais de uma tabela preparada por Zachary Morgan. A presença dos identificados como caboclos, índios ou outras denominações afins, representou cerca de um quinto dos recrutas e marinheiros nacionais. Nos livros da Marinha a palavra caboclo é praticamente a única usada para indígenas de um modo geral. Na correspondência dos presidentes de província com o Ministro da Marinha o uso é mais variado e inclui além de caboclo, cabocolo, índio, tapuio, cabra. Raramente, o grupo indígena que o indivíduo, porventura pertença, é mencionado. Adotarei neste texto a palavra caboclo para todo este grupo.

#### **Cores dos recrutas e praças nacionais 1833 - 1894**

	Pardos/outros mestiços <sup>14</sup>	<b>Caboclos</b>	Pretos	Branços	Total
Tripulação de navios da Armada (1833-1852)	460 (49%)	<b>178 (19%)</b>	151 (16%)	153 (16%)	942 <sup>15</sup>
Registros de recrutas nas províncias <sup>16</sup> (1836-1864)	149 (60%)	<b>54 (19%)</b>	35 (12%)	45 (16%)	284
Réus em processos criminais da Marinha (1860-1894)	171 (53%)	<b>48 (15%)</b>	49 <sup>17</sup> (15%)	52 (16%)	320

Fontes: "Tripulação...": AN, Série Marinha, Livros de socorros dos navios Imperatriz (1833-35), Constituição (1844-46) e Imperial Marinheiro (1852-54); "Registros de recrutas...": AN, Série Marinha, Correspondência com presidentes de província, vários maços; "Réus em processos criminais da Marinha: MORGAN, Zachary. *Legacy of the lash, race & corporal punishment in the Brazilian Navy (1860-1910)*. Providence, 2001. Ph.D. Dissertation, Brown University.

Em alguns casos, a cor do recruta muda conforme o registro. Manoel Pacífico de Barros, autoidentificado como “índio” em seu requerimento, foi registrado no livro de assentamento de recrutas como pardo de cabelos crespos, e no livro de registros do Batalhão Naval, como moreno de cabelos lisos.<sup>18</sup> Muitos indivíduos classificados como morenos ou pardos poderiam ser indígenas ou filhos deles. Na historiografia, os pardos são comumente associados a negros, negligenciando muitas vezes a sua ascendência indígena e invisibilizando a fração indígena entre os mestiços. Se seguirmos pelo tipo de cabelo, outra característica de identificação, poderíamos dizer que cabelo preto indica predominância de origem indígena. Explico: em relação ao “cabelo” todos os caboclos os têm preto, com exceção de alguns que têm cabelo corredio ou liso. Por sua vez, todos os homens pretos têm cabelos grenhos ou carapinhas. E, finalmente, os pardos têm cabelos carapinhos, grenhos e pretos, e os morenos,

em geral, têm cabelos pretos. Assim, na fragata Constituição (1844-46) há 24 pardos e 19 morenos com cabelos pretos, e no Imperial Marinheiro (1852-54), há 84 pardos e 3 morenos de cabelos pretos. Se meu raciocínio estiver correto, a porcentagem de indígenas ou seus descendentes entre os nacionais sobe para 30%, na fragata Constituição e 44%, na corveta Imperial Marinheiro.

Esse alto contingente caboclo na corveta Imperial Marinheiro corresponde à visão do tenente Sabino Eloy Pessoa, tripulante dela em uma viagem à Europa, entre 1857 e 1858. Antes de exaltar as virtudes do marujo de cada província, citado acima, descreveu o marujo brasileiro genérico como “caboclo”, em resposta à revista naval inglesa *United Service Magazine*, na qual se lia que os “brasileiros não eram idôneos para a vida do mar”:

Qual é em todo mundo o tipo mais perfeito do marinheiro se não é o caboclo dos nossos grandes rios, mesmo dos nossos sertões?  
Quem mais denodado e inteligente no combate? (...) Mais paciente e resignado, mais respeitador da disciplina?  
Imperial Marinheiro, não é ele, sendo principalmente indígena que atira ao alvo como Guilherme Tell, quem maneja o sabre como um mestre de armas, que combate no campo raso como um zuavo? Não é ele (...) o mais destemido gajeiro e o nadador por excelência?  
No interior dos bosques, seguindo a pista do inimigo, sofrendo privações desconhecidas na Europa...<sup>19</sup>

Essas palavras poderiam ter sido citadas das páginas de um romance indigenista, contemporâneo à publicação do livreto do tenente. *O Guarani* de José de Alencar, por exemplo, havia sido publicado em 1857. Mas, para além de sua sintonia com a literatura contemporânea, a imagem que tinha do marujo caboclo não pertencia apenas ao campo do simbólico. Apesar de sua descrição literária, ele não era o índio morto do romance indigenista. Pessoa conhecia bem a tripulação dos navios, onde a presença indígena, ou de seus descendentes, não era pequena.

Em 1846, havia 27 aprendizes marinheiros embarcados na fragata Constituição, todos vinham das províncias do Norte, sendo que 16 eram caboclos e 11 eram pardos (alguns desses últimos, com cabelo corredio).<sup>20</sup> Thomas Ewbank visitou a escola de aprendizes neste ano, onde foi informado que os indígenas tinham boa fama como marítimos. O comandante que o recebeu repetiu um discurso muito difundido durante os períodos colonial e imperial: “os aborígenes, os selvagens e os mansos ligam pouco para os filhos, às vezes, vendendo-os por um trago de cachaça, e que seus filhos não dão importância maior aos pais”. Ewbank quis

checar essa informação e inquiriu um indiozinho do Amazonas a respeito de sua família. Ele respondeu que o seu pai estava morto e queria voltar para a sua mãe.<sup>21</sup> Nessa época, Jumbá, o pai de dois botocudos engajados numa expedição de engajamento de índios no Espírito Santo pediu para acompanhar os filhos a fim de conhecer seu destino.<sup>22</sup> O fato é que, se havia alguma permissividade da parte dos índios nas trocas de bens por pessoas, as autoridades e particulares também se fiavam em uma atribuída ausência de valores familiares, por meio da qual trocavam ou forçavam a troca de objetos ou dinheiro por suas crianças. Mas, ao menos, em duas expedições da década de 1840 no Espírito Santo e no Pará, essa suposta troca ocorreu em pouquíssimos casos. O resultado foi a vinda de poucos rapazes, fato que deve ter contribuído para uma política mais agressiva nos anos seguintes.

Na Sexta-feira da Paixão de 1845, o capitão-tenente Felipe José Ferreira da Marinha, acompanhado por um soldado, chegou a Vitória no Espírito Santo, de onde iniciou algumas incursões na província com o intuito de recrutar índios para a Armada. Ele prometia 5\$000 réis para quem indicasse um índio apto, e 80\$000, roupa, comida e abrigo para um engajado; além de um ganho mensal que variava de 4\$000 a 12\$000 réis,<sup>23</sup> (correspondente aos soldos mínimos e máximos que um marujo poderia ganhar durante todo o serviço). Orientava-se a travar “amizade com seus chefes, fazendo a estes alguns presentes dos objetos, a que eles dão grande apreço”. Ele poderia gastar com presentes, dinheiro em espécie ou, ainda, com a indenização a proprietários de terras que os mantinham como trabalhadores.<sup>24</sup> Nas instruções do ministro da Marinha para a expedição, limitava-se a 120\$000 réis o custo de engajamento por cabeça. Este era o valor aproximado do se gastava para engajar estrangeiros em 1835, segundo o ministro da Marinha.<sup>25</sup> Na década de 1840, o engajamento de estrangeiros diminuía, e as políticas internas de recrutamento recrudesciam.

Segundo o próprio tenente, os índios lhe tinham terror, pois corria a notícia que 80\$000 réis correspondia ao preço de compra dos índios”.<sup>26</sup> No seu relato sobre o Brasil, Thomas Ewbank também afirmou que um índio no Ceará era comprado por no mínimo 70\$000 réis.<sup>27</sup> Em Vitória, apenas um índio rendeu-se às suas promessas. Diante da resistência encontrada, ele dirigiu-se a vila de São Mateus, mais ao sul.

Havia exploração do trabalho indígena no Espírito Santo. Mas as informações do serviço militar eram bastante conhecidas, ao contrário do que dizia o tenente. Ele próprio afirmou que as pessoas “que lhes convenciam do horror do recrutamento” eram desertores do

Exército e da Armada que infestavam aqueles sertões. A fuga do recrutamento era uma escolha: os índios preferiam trabalhar por pouco, desde que pudessem viver em sua terra natal ou, pelo menos, próximo às suas famílias. Muitos índios do Espírito Santo tornaram-se soldados de tropas locais do Exército, mas o recrutamento para alhures não correspondia às suas expectativas de adaptação ao contato. O mesmo aconteceu em uma expedição realizada no Pará: em 1848, as autoridades reclamavam da preferência dos ribeirinhos de continuar em regime semiescravo a servir às Forças Armadas.<sup>28</sup>

O tenente Ferreira continuou sua missão capixaba na Vila da Barra, onde o fazendeiro e comendador Antonio Rodrigues Cunha lhe cedeu dois botocudos, logo embarcados em uma sumaca para a Corte. Ele deve ter recebido em troca uma “indenização”, como previam as instruções do engajamento. A partir de então, junto do subdelegado e do comendador Cunha, fez incursões pelos sertões para encontrar índios. Durante essas viagens, fixou e distribuiu editais entre os inspetores dos distritos, contendo “as condições vantajosas que benignamente o governo imperial lhes oferece”. Após voltar dessa última expedição, concluiu: “é incompatível fazer o engajamento da maneira que o Governo pretende”. Dois meses depois, com apenas dez índios engajados, entre eles os botocudos Jumbrá e seus dois filhos, o tenente escreveu um parecer sobre as relações com os indígenas na província:

com eles nenhum arranjo tenho podido efetuar por serem mui desconfiados, e pouco ambiciosos; sendo o seu maior prazer comerem muito e viverem ociosos com duas e três mulheres! (...) Tenho tentado com os donos dos sítios ver se é possível havê-los com algum engano, e mesmo lhes tenho oferecido vantagens; mas eles receiam que forçando-os lhes sobrevenham perseguições e preferem tê-los como amigos, ainda sofrendo deles e das mulheres cotidianos prejuízos e estragos que lhes fazem nos roçados, que entregá-los enganados (...).<sup>29</sup>

Um aviso de julho de 1847 havia instituído o engajamento de índios para o serviço naval dentre as populações ribeirinhas do Pará. No entender do presidente da província, em março de 1848, a missão criada para este fim já estava muito cara e ineficiente: gastava-se cerca de 3:000\$000 réis por mês, “entretanto, o número de indivíduos agarrados com o nome de engajados é insignificante”.<sup>30</sup> Coelho sabia que na verdade ocorria recrutamento forçado, por isso reclamava aos agentes de engajamento o abuso de “recrutarem crianças arrancadas violentamente a seus pais e a seus lares”. Nas suas palavras, se tal método continuasse, resultaria “que ao subir as águas do Amazonas, e seus confluente, algum navio nacional,

muitos moradores abandonam suas habitações, e embrenham-se pelos matos; e a bandeira nacional, quando surge tremulando por esses remotos lugares em vez de causar satisfação e alegria, espalha o terror”.<sup>31</sup>

Coelho questionava uma prática comum antes do seu governo. Há registros, em 1846, de “voluntários” do engajamento de indígenas no Rio Xingu, na vila de porto de Mós, promovido pelo capitão de fragata Francisco de Paula Ozório. Para a casa do juiz de paz, ele levava os engajados, a maioria composta de menores, junto de seus responsáveis e ali era assinado um termo de engajamento. Em uma amostra de sete, havia dois curadores, uma avó, dois pais, uma mãe e um patrão. Todos os ditos responsáveis recebiam indenizações entre 14\$000 e 15\$000 réis. O patrão do índio Mura, Victorino José, e o curador do índio José Policarpo Pereira, receberam de indenização um valor que seu fâmulos e seu pupilo respectivamente “lhe deviam”. Enquanto valores similares foram cedidos aos parentes a modo de gratificação. Todos esses jovens, segundo o termo de engajamento, deveriam servir por seis anos, recebendo um salário inicial de 7\$000 réis, após esse tempo teriam sua volta para casa assegurada.<sup>32</sup>

Ao mesmo tempo, que o Governo criava expedições nas matas em busca de indígenas, muitos homens destribalizados que já viviam em cidades eram identificados como caboclos, cabocolos ou tapuias e enviados para a Corte como índios ou vadios.

Em 1848, sob a justificativa de vadio, o “tapuio claro” Ladislau Davino de Jesus, de 17 anos, foi recrutado em São Luís, Maranhão. Sua mãe, Thereza de Jesus, escreveu um requerimento contundente para o presidente da província, o qual foi indeferido. Meses depois, ela escreveu ao Imperador:

Já que nesta província não se faz justiça vem por meio desta perante o trono augusto de VMI pedir uma graça da qual se julga digna (...) mãe de dois filhos menores Ladislau de 17 e Rodrigo de 11. O primeiro aprendendo a prático de Barra desta cidade (...) e neste exercício ganhava o necessário alimento para sustento não só da suplicante mas como de seu pequeno irmão. Porém uma inaudita perseguição foi feita inopinadamente à suplicante por um tenente da marinha de nome Severiano Nunes, que (...) não atendendo a viuvez, pobreza e costumes repreensíveis da suplicante que sem os socorros ministrados por este filho, *virá a mendigar de porta em porta o pão de cinzas* (...) Nada há pior neste mundo do que a opressão revestida de formas legais.<sup>33</sup>

Uma vez mais, seus esforços foram em vão, a sua súplica não foi atendida pelo Ministério da Marinha. Ladislao foi recrutado não como índio, mas devido à frase lacônica, escrita na margem do requerimento pelo tenente recrutador de São Luís: “é vadio”.

Os flagelados das secas do século XIX tornaram-se recrutas. Nas palavras de Peter Beattie, “garantir o recrutamento de vítimas da seca era uma medida criativa para prover ajuda sem onerar os cofres públicos provinciais”.<sup>34</sup> Segundo o presidente da província do Ceará, a seca de 1845, que assolou a “classe pobre”, gerou uma boa notícia para o recrutamento: 120 pessoas, incluindo 100 crianças, a maioria provavelmente órfã.<sup>35</sup> Provavelmente parte desses meninos sejam os curumins referidos por Thomas Ewbank, em seu relato sobre o Brasil. Em 1846, ele passou uma tarde na Corte com um deputado cearense que esteve presente na província durante a seca. Dentre os horrores da fome descritos, contou que pais e mães indígenas estavam vendendo seus filhos para a Marinha em troca de comida: “Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil-réis, mas agora os seus pais, não tendo o que dar de comer, nem o que comer, oferecem-nos facilmente por dez”.<sup>36</sup> Segundo Ewbank, no Rio de Janeiro, os índios eram negociados como escravos, do mesmo modo que os pretos.

Em 1860, no contexto dos aldeamentos capuchinhos do século XIX, o índio Manoel Pacífico de Barros, 24 anos, foi enviado como recruta pelo Frei Dorotheo Loretto, religioso responsável pelo aldeamento de São Pedro, em Porto da Folha, na região do rio São Francisco, Sergipe. O frei teria atendido à solicitação do presidente da província de remeter para a Armada índios “rixosos e turbulentos”. Há registros na região tanto do medo e a conseguinte fuga, quanto de conflitos causados pelo recrutamento. Em 1827, indígenas de um aldeamento próximo, Pacatuba, invadiram a cadeia de Vila Nova para libertar o seu líder, que se encontrava preso como recruta para a Marinha.<sup>37</sup> Segundo o Imperador Dom Pedro II, quando visitou aquelas paragens em 1859, as mulheres de Barra de Panema acreditavam que o vapor em que viajava “carregaria todos os homens no caso de assentarem praça”.<sup>38</sup>

O índio Pacífico não escapou de sua sina e, dez meses após ter chegado à Corte, e jurado a bandeira, dirigiu um requerimento ao Imperador:

Mui submisso e respeitosa-mente prosta-se aos honrosos pés de V. M. Imperial, o índio Manoel Pacífico, um daqueles que foi parte na representação feita à V. M. Imperial contra o rev. Frei Dorotheo do são



Francisco e Tenente Coronel Manoel Gonsalves que tentaram expulsar-nos das terras que V. M. Imperial se dignou ceder-nos com sua decisão quando visitou as províncias do Norte.

Imperial Senhor com a retirada de V. M. Imperial para esta corte não foi o bastante ter deixado as necessárias ordens ao presidente da Província do Aracajú (...) abusando aquela autoridade das ordens soberanas com nossa expulsão e conseguiu remeter para esta corte para o serviço da Armada.

E como me acho com praça no Batalhão Naval, imploro à V. M. Imperial mandar escusar-me do serviço atendendo as injustiças que tenho sofrido. Até meus papeis depois que aqui cheguei tenho mandado os ver e a resposta que tenho tido de minha família é que o mesmo Frei Dorotheo se tem negado a querer dá-los. Certo da magnanimidade de um bem-fazejo coração de V.M. Imperial (...). O infeliz índio da missão de S. Pedro Manoel Pacífico com praça no Batalhão Naval.<sup>39</sup>

Diante dos conflitos pela terra, da imposição do missionário e do recrutamento militar, Pacífico exigia o cumprimento da lei. Seu trunfo era a promessa de posse da terra, assegurada pelo próprio Imperador. É provável que o ministro, diante da submissão que o índio ainda preservava ao poder simbólico do governante, tenha respondido a favor do requerimento. Pacífico lutava contra o missionário, o tenente e o presidente da província, mas preservava o respeito à “magnanimidade do benfazejo coração” do Imperador, deixando claro fazer parte do seu vasto Império. Em troca, era necessário obter direitos para preservar sua própria nação.<sup>40</sup>

Na Armada Nacional e Imperial do Brasil, muitas eram as nações do seus marujos, os chamados caboclos eram indígenas de diversas tribos, outros destribalizados, outros já urbanizados e identificados assim, devido a seu fenótipo. Este artigo é um esforço de visibilizar este grande grupo por si só heterogêneo.

---

<sup>1</sup> Este artigo é a adaptação da seção “Caboclos” da minha tese: JEHA, Silvana Cassab. *A galera heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c.1822-c.1854*. Tese de doutorado, PUC-Rio, Departamento de História, 2011.

<sup>2</sup> Pós-doutoranda na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bolsista CAPES.

<sup>3</sup> EWBANK, Thomas. *Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856, p. 278. Tradução minha.

<sup>4</sup> Num editorial da revista *O militar* 1854, a frase inteira é: O recrutamento entre nós recai sobre os pobres, crismados com o epíteto de vadios”. Apud: BETTIE, Peter, *Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864 - 1945*. São Paulo: Edusp, 2009, p.71

<sup>5</sup> MOREIRA, Vânia Maria Lousada. "Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875)". *Diálogos Latinoamericanos*, n. 11, Universidade de Aarhus, Latinoamericanistas, pp. 94-120.

<sup>6</sup> Ofício de Antônio de Sales Nunes Barford para o Visconde de São Leopoldo, 1826. In: NAUD, M.C., Documentos sobre o índio brasileiro (2.a parte), *Revista de Informação Legislativa*, 7 (28), out.-dez. 1971, p. 322.

---

<sup>7</sup> Arquivo Nacional (doravante AN), Série Marinha, XM 84.

<sup>8</sup> Decisões do Governo, 1825, p. 200. [http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-H\\_85.pdf](http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-H_85.pdf). Acesso em 4/1/2009.

<sup>9</sup> Aviso de 3/6/1837, Chancelaria do Império. Coleção das leis do Império do Brasil, 1837.

<sup>10</sup> SOARES, Carlos E. L. . *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro 1808 – 1850*, Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 277.

<sup>11</sup> Sobre a Cabanada de 1832, ver CARVALHO, Marcus. J. M. “Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Império (1808-1889)*, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 121-183.

<sup>12</sup> AN, Série Marinha, XM 14, correspondência com o presidente do Ceará.

<sup>13</sup> O meu banco de dados contém dados de mais de dois mil marinheiros das tripulações das três maiores embarcações entre as décadas de 1830 e décadas de 1850. Neste período cerca de metade das tripulações era estrangeira.

<sup>14</sup> “Outros mestiços” correspondem a uma minoria de morenos, cafuzos, pardo-claros, pardo-escuros, pardo-brancos, trigueiro, trigo, escuro etc. Nas três fontes consultadas, os pardos alcançam de 83 a 90% do total de mestiços.

<sup>15</sup> Havia mais tripulantes nacionais nas três embarcações, porém, apenas 942 tinham suas cores identificadas.

<sup>16</sup> As cores foram definidas pelas autoridades e funcionários que enviavam os recrutas para a Corte em diversas províncias e em alguns requerimentos. A lista foi extraída de um banco de dados que fiz a partir de vários maços de correspondência de presidentes de província com o ministro da Marinha.

<sup>17</sup> Incluí no número de pretos, 4 fulas e 1 crioulo.

<sup>18</sup> AN, Série Marinha, XM 69, Correspondência com o presidente de Sergipe.

<sup>19</sup> PESSOA, Sabino E. *Viagem da Corveta Imperial Marinheiro nos annos de 1857 a 1858 a diversos portos do Mediterrâneo e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio mercantil, 1860, p. 17-8.

<sup>20</sup> AN, Série Marinha, XVII M 1344, 1846, Livro de socorros de aprendizes marinheiros da fragata Constituição.

<sup>21</sup> EWBank, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976, p. 196.

<sup>22</sup> AN, Série Marinha, XM 13, Correspondência com o presidente do Espírito Santo.

<sup>23</sup> AN, Série Marinha, XM 13, Correspondência com o presidente do Espírito Santo, diversos ofícios do capitão-tenente Felipe José Ferreira ao ministro da Marinha Francisco de Paula H. Cavalcante de Albuquerque, março a julho de 1845.

<sup>24</sup> Entre 1808 e 1831, estava previsto trabalho compulsório de indígenas, em áreas de guerra justa. Essa possibilidade foi abolida com uma lei de 1831, mas o costume continuou.

<sup>25</sup> Relatório da Marinha de 1835.

<sup>26</sup> Ibidem

<sup>27</sup> EWBank, Thomas. *Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856, p. 323.

<sup>28</sup> AN, Série Marinha, XM 107, Correspondência com o presidente do Pará.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> AN, Série Marinha, XM 107, Correspondência com o presidente do Pará.

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> AN, Série Marinha, IM 483, Engajamento de indígenas.

<sup>33</sup> AN Série Marinha, XM 1143, doc 26, Requerimentos, 1862.

<sup>34</sup> BEATTIE, Peter. *Tributo de sangue: Exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864 - 1945*. São Paulo: Edusp, 2009.

<sup>35</sup> Arquivo Público do Ceará. Correspondência do Governo da Província ao ministro da Marinha. Ala 2, Estante 25, cx. 142.

<sup>36</sup> EWBank, Thomas. *Life in Brazil; or A journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1856, p. 323. Tradução minha.

<sup>37</sup> DANTAS, Beatriz et al. “Os povos indígenas no nordeste brasileiro: um esboço histórico”. In: CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 448.

<sup>38</sup> D. Pedro II. *Diário de viagem ao Norte do Brasil*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959, p. 134.

<sup>39</sup> AN, Série Marinha, XM 69, Correspondência com o presidente do Sergipe, 1861.

<sup>40</sup> Em seu diário, o Imperador mencionou a existência de mais ou menos cem índios entre os muitos portugueses na aldeia de São Pedro. Registrou a queixa de roubo de terras dos primeiros contra os segundos. O frei Loretto alegou ao Imperador que os índios eram indolentes e, já que não plantavam, dava terras aos “pobres”. Os índios ainda reclamaram que o frei impedia, nas palavras do Imperador, “batuques, bebedeiras e preguiça de trabalhar”.

---

D. Pedro II, precisando demonstrar generosidade com todos que cruzavam seu caminho, talvez tenha prometido a integridade das terras aos índios, mas, pelo que escreveu em seu diário, parecia ter mais empatia com o frei. D. Pedro II. *Diário de viagem ao Norte do Brasil*, p. 133.